

# Auditoria clínica – ferramenta de ciência, educação e qualidade

*Clinical audit – a tool for science, education and quality*

Luís Duarte Costa

Neste número da Revista publicamos dois artigos originais que abordam a Auditoria Clínica.

No primeiro artigo, o serviço de Medicina Interna do Hospital de Stº António do Porto, reviu todas as etapas da oxigenoterapia.<sup>1</sup> Após criação de um grupo de trabalho (envolvendo a equipa de enfermagem), revisão da literatura e orientações publicadas, desenho do projecto e execução do mesmo, reconheceram as falhas nas várias etapas (prescrição, transcrição, administração e monitorização) de um procedimento comum, muitas vezes ignorado como fármaco. Com base nos resultados criaram um programa de formação para todos os profissionais de saúde, protocolo de procedimentos e ajustes nas aplicações informáticas sobre todo o processo de oxigenoterapia.

No segundo artigo, proveniente do Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, os autores elaboraram um inquérito a uma população de conveniência para aferir os conhecimentos sobre dor torácica e a eficácia de uma campanha de Saúde Pública sobre síndrome coronária aguda (SCA).<sup>2</sup> Os resultados, semelhantes a outros estudos nacionais e internacionais, sugerem a necessidade de maior e melhor divulgação sobre SCA e o primeiro passo na activação da ‘via verde coronária’.

O que é então uma Auditoria Clínica?

A palavra, com origem no latim *auditare*, significa *ouvir muitas vezes* e, no âmbito da Contabilidade e Finanças é usada desde 4500 AC.<sup>3</sup> Na língua inglesa, o termo *auditing* ficou rotulado nessas áreas, significando inspeccionar/fazer contas/balanço.

Na Saúde, desconhece-se qual foi a primeira auditoria clínica, mas é certo que uma das primeiras terá sido elaborada por Florence Nightingale durante a guerra da Crimeia (1853-55). Registou, na altura, a taxa de mortalidade antes e após medidas de higienização, com o objectivo de formular um projecto de melhoria da assépsia, o qual veio a ter grande impacto

na taxa de mortalidade. Em 1912, Ernest Codman, Cirurgião de Boston, desenvolveu a monitorização das várias etapas (diagnóstico, tratamento e seguimento) em Cirurgia, possibilitando a identificação de erros e criando as bases do que hoje é a *Joint Commission on Accreditation of Healthcare Organization*.<sup>4</sup>

Lentamente, ao longo do século XX, assistiu-se a uma mudança de paradigma. O foco da acção deixou de se centrar no Médico, passando gradualmente para o Doente. Em 1989, no Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, é criado o “Livro Branco” – *Working for patients*, em que se define Auditoria Clínica: “A auditoria clínica é uma análise crítica e sistemática da qualidade de cuidados de saúde incluindo diagnóstico e procedimentos de tratamento, associada ao uso de recursos e obtenção de resultados na qualidade de vida do utente”.<sup>5</sup>

Por esta altura a complexidade da Medicina e, sobretudo, da prestação de serviços de Saúde, forçou a obrigatoriedade da Auditoria como ferramenta de gestão.

Definiram-se vários tipos de auditoria clínica:

- *Standards-based audit* ou Auditoria a Normas/Procedimentos, com objectivo de definir normas, recolher dados para comparação das práticas realizadas com as práticas normativas e implementar as alterações necessárias (como no artigo relativo à auditoria das práticas de oxigenoterapia);
- Registo e monitorização de erros: avaliação retrospectiva de uma falha para identificar causas dos erros e sua posterior correção;
- *Peer review* ou revisão por pares: habitualmente reservado para discussão de casos clínicos complexos ou que não encaixam em normas, sobretudo vocacionado para formação pessoal e do serviço;
- Inquérito a doentes/utentes: ferramenta para obter a perspectiva do doente consumidor, seja sobre o grau de satisfação, ou sobre conhecimentos em áreas da Medicina (como no artigo referente à auditoria das

atitudes na presença de dor torácica), fundamental em áreas de Saúde Pública e na elaboração de campanhas de informação.

Em suma, o que inicialmente era somente uma ferramenta de gestão, de fiscalização e com peso de punição é, hoje em dia, uma ferramenta da ciência, da educação médica e com peso na qualidade.

Também em Portugal se tem desenvolvido a auditoria clínica e promovido a acreditação de vários hospitais e serviços de saúde, com base nas normas do programa “Auditoria Organizacional” do *King’s Fund Health Quality Service* de Londres.

Em Junho de 2010 o Ministério da Saúde criou um documento – “A Organização Interna e a Governação dos Hospitais” onde claramente salienta o papel da Governação Clínica, com base em várias acções, nomeadamente:

- “Compromisso com a gestão da qualidade e disponibilidade persistente para rever e aperfeiçoar desempenhos”;
- “Empenhamento na criação de uma cultura de avaliação e auditoria clínica como recurso comum de leitura e análise”;
- “Gerir e aprender com base no reconhecimento do erro e reclamação”.<sup>6</sup>

Ainda com poucos trabalhos publicados nesta temática, sobretudo dirigidos à Auditoria do Processo Clínico, a Medicina Interna encontra-se numa posição privilegiada a nível hospitalar para liderar esta “reforma de Qualidade”. Não podemos desperdiçar a oportunidade! ■

## Bibliografia

1. J. Neves, C. Sousa, I. Marques, M. Barbosa, P. Pereira, S. Ramos, A. Martins, N. Rocha. *Rev Med Int* 2011;18(3):129-136.
2. Miguel Correia, Ana Correia. *Rev Med Int* 2011;18(3):137-143.
3. Friedlob, G. Thomas & Plewa, Franklin James, *Understanding balance sheets*, John Wiley & Sons, NYC, 1996, ISBN 0-471-13075-3.
4. Porter, N, *History of Clinical Audit*. In Guidelines and Audit Implementation Network.
5. Department of Health, *Working for patients*. London: The Stationery Office, 1989.
6. Grupo Técnico para a reforma da Organização Interna dos Hospitais. *A Organização Interna e a Governação dos Hospitais*. Ministério da Saúde, Junho 2010.